



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12472 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO – SIM, EU POSSO - CÍRCULO DE CULTURA - DO MARANHÃO: primeiro olhar sobre a formação dos educadores

Gracia Maria Nolasco Fraga Araujo - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Heloisa Resende Soares - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Edinolia Portela Gondim - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO – SIM, EU POSSO - CÍRCULO DE CULTURA - DO MARANHÃO: primeiro olhar sobre a formação dos educadores

1 INICIANDO A DISCUSSÃO

O Brasil apresenta um número expressivo de pessoas jovens e adultas pertencentes a classe trabalhadora, sem escolarização, excluídas do sistema educacional público. Ao lado desta problemática, observamos 11 milhões de brasileiros não alfabetizados (IBGE, 2019), pessoas que não tiveram oportunidade de acesso à educação formal e por extensão aos bens socialmente produzidos. Os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são trabalhadores que carregam marcas de profunda desigualdade social, pessoas que precisam de alfabetização para ter acesso ao mundo letrado, oportunidades de trabalho, transitar com autoconfiança pelo universo social e sentirem-se cidadãos. É imperativo que os educadores tenham clareza dessa realidade para desenvolver o seu trabalho de forma que considere as especificidades desta modalidade.

Objetivamos com este texto refletir sobre a formação dos educadores que atuam na EJA, enunciando os primeiros passos de uma pesquisa de mestrado em que estudamos a formação dos educadores da Jornada de Alfabetização – Sim, eu posso – Círculos de Cultura, no Maranhão, em sua segunda fase de implementação. Assim sendo, o texto caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa em que, olhamos o fenômeno estudado em sua totalidade e em perfeita conexão com as partes, adotando uma postura crítica

e cuidadosa, pois entendemos que a “pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meio escrito e eletrônico, como livros, artigos científicos, páginas de web sites, etc.” (FONSECA, 2002, p. 32), que podem ser refletidos a luz de uma visão que lhe dê mobilidade de compreensão concernente com postura e as proposituras do pesquisador.

2 FORMAÇÃO DE EDUCADORES /AS DA EJA

A Educação de Pessoas Jovens e Adultas tem apresentado alguns avanços conquistados nas últimas décadas no que diz respeito à formação docente. A legislação brasileira prevê a formação inicial e continuada como direito dos Profissionais da Educação reconhecendo sua importância. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) regulamenta a formação dos profissionais de educação para atuar na educação básica (o que inclui as suas modalidades) que deverá ser realizada em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores. O Art. 61 determina que a formação dos profissionais da educação deve ser realizada de modo a atender às especificidades e os objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 1996).

Nessa direção, são formuladas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para EJA, através do Parecer 11/2000, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), destacando a exigência de uma formação específica para a EJA, considerando a realidade dessa modalidade, assim “as licenciaturas e outras habilitações ligadas aos profissionais do ensino não podem deixar de considerar, em seus cursos, a realidade da EJA” (BRASIL, 2000, p. 58).

No entanto, os cursos de formação de professores dão um lugar pouco significativo a EJA nas propostas curriculares, embora reconhecemos que nos últimos anos tenha crescido a preocupação com a mesma. Soares e Pedroso (2015) enfatizam que é imprescindível reconhecer as peculiaridades inerentes à EJA e, a partir delas, estabelecer os parâmetros que contemplem a especificidade da formação do educador que nesta educação atua.

Nesta perspectiva, refletimos: se a formação para educadores da EJA, se constitui ineficiente nos currículos das instituições de formação inicial, como é orientado então o trato com a alfabetização de jovens e adultos, tendo em vista que essa etapa educativa requer um aprofundamento teórico metodológico específico, pois, esse público nunca ou pouco frequentou os espaços escolares?

Compreendemos que uma formação docente que atenda as especificidades da EJA requer compreensão de matrizes e concepções diferenciadas da educação para pessoas que tiveram a oportunidade de frequentar a escola na idade certa, considerada pela lei. Entretanto, defendemos uma formação que caminhe pela perspectiva de politizar e emancipar os jovens e os adultos.

Dado a dinâmica do movimento social, as mudanças históricas e contextuais, e as particularidades da EJA, a formação dos professores solicita o assentamento em matrizes pedagógicas que ultrapassem a educação/alfabetização mecânica e decodificadora e avance na contribuição da politização e desvelamento da consciência dos educandos, sendo imprescindível que o educador reconheça sua formação como processo permanente. Nesse sentido, é condição fundante uma formação continuada e em serviço que atenda as especificidades desses sujeitos, os processos formativos desses educadores precisam persistir no movimento de ação/reflexão/ação (SOARES & PEDROSO, 2015).

Isto porque a prática dos educadores precisa ser revestida do movimento dinâmico entre o fazer e o pensar sobre o fazer, relação teoria e prática (FREIRE, 1999). Corroborando com esse pensamento, Vera Barreto (2006) enfatiza que para mudar sua prática, os educadores precisam refletir que não são meros executores de receitas pedagógicas, mas sim produtores autônomos, que por meio das suas práticas pedagógicas emancipam pessoas.

Não se pode perder de vista que a formação é um momento privilegiado de pensar o trabalho do educador. A conciliação destes dois aspectos, teoria e prática, só é possível porque toda prática tem uma sustentação teórica, isto é, um conjunto de ideias, valores, preconceitos, certezas e outras representações que fazem o educador agir da forma que age (BARRETO, 2006, p. 97).

Destarte, sublinhamos a importância da formação continuada e permanente que relacione a teoria e a prática, num movimento coletivo, dialógico e trocas de experiências entre os docentes, com destaque para os alfabetizadores da EJA.

3 JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO E A FORMAÇÃO DOS SEUS EDUCADORES/AS

A Jornada de Alfabetização do Maranhão é uma das ações do Programa Escola Digna do Plano Mais Índice de Desenvolvimento Humano - Mais IDH, implantado a partir de 2015. O Plano tem o objetivo de “promover a superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais no meio urbano e rural, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” (MARANHÃO, 2015).

Esta ação priorizou três dimensões do desenvolvimento humano – saúde, educação e renda - em 30 municípios com mais baixos IDH Municipal do estado, apontados pelo Censo 2010. A Jornada de Alfabetização foi uma das ações da dimensão educação, que se organizou e materializou a partir da parceria estabelecida entre a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Desenvolvida entre os anos de 2016 a 2018 em duas fases em quinze dos trinta municípios inseridos no Plano Mais IDH. O MST, inspirado no método cubano de alfabetização, o Sim, eu posso, e nos ensinamentos de Paulo Freire, readaptou a experiência dos Círculos de Cultura, para desenvolver a alfabetização nos municípios, para isso formou a Brigada Nacional de Alfabetização, composta por militantes de diferentes áreas do conhecimento e diferentes graus de formação.

Na segunda fase (que se refere esta pesquisa), a Jornada de Alfabetização atendeu 15 municípios, incluindo Água Doce do Maranhão e Belágua, lócus do nosso trabalho. O processo seletivo da equipe pedagógica foi realizado pela Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão, que exigiu como formação mínima o Ensino Médio, avaliando a titulação e a experiência em EJA dos candidatos.

A Jornada não dispõe de uma proposta pedagógica sistematizada, explicitada, que especifique e indique as matrizes, as disciplinas, os conteúdos e a formação continuada dos alfabetizadores. Estes elementos podem ser observados de forma diluída nas orientações amplas de um documento orientador, que indica o assentamento teórico-metodológico, os conteúdos políticos pedagógicos e suas articulações com a vida do educando, o tempo de duração das etapas de ensino, a rotina desenvolvida durante o processo educativo, o modo como o planejamento precisa ser construído, as atribuições dos educadores, entre outros elementos. Entendemos que essas atribuições teriam que ser repassadas aos educadores em momentos pedagógicos que consideramos de formação.

A formação começaria sobre a compreensão do método Sim, eu posso (carga horária de 40h) e sobre os Círculos de Cultura (carga horária de 20h), o desenho curricular da formação e de todo o processo de alfabetização do Sim, eu posso se fundamenta no método do Instituto Pedagógico Latino-Americano e Caribenho de Cuba (IPLAC), na educação popular inspirados em Paulo Freire e seus seguidores, e na pedagogia da práxis, a mesma aconteceria semanalmente nos plantões pedagógicos, momentos de apropriação da prática do domínio do método de alfabetização, de estudos e trocas de conhecimentos.

Nesta perspectiva, a Jornada de Alfabetização, preocupada com bases teóricas e metodológicas do Sim, eu posso e dos Círculos de Cultura, desenvolveria um continuo acompanhamento pedagógico, uma formação permanente e continuada, pois pelo seu formato e arranjo nos encaminha a entender que a formação dos educadores é determinante para que a alfabetização seja objetivada.

Importa dizer, que a compreensão dos educadores sobre os documentos que dão organicidade a Jornada, ocupam um lugar de destaque nos Plantões Pedagógicos, portanto nas formações para que o desenvolvimento da alfabetização e também os significados da expressão Sim, eu posso, tenham ressonância consubstanciada na prática, pois a expressão significa afirmação, o desejo e a vontade de aprender a ler e escrever de cada pessoa, de se inserir no processo de domínio da cultura letrada.

Ao alinhar o Sim, eu posso, com as proposições de Paulo Freire por meio dos Círculos de Cultura, percebemos que os idealizadores do documento intencionavam que a alfabetização ali defendida não se desse somente no campo da decodificação gráfica e mecânica, como nos permite entender a expressão Sim, eu posso, como um ato que depende unicamente do indivíduo, ao supervalorizar a memorização.

A Brigada de alfabetização articulada pelo MST, no Relatório de Avaliação da

Jornada (2018), assinala a resistência e até dificuldades por parte dos educadores em entender a interlocução entre o método *Sim, eu posso* e os Círculos de Cultura freirianos, isto porque o método cubano tem uma vertente mecânica, com passos pré-estabelecidos, o que se difere dos Círculos de Cultura, que se assentam no cotidiano, na identidade, nas experiências dos educandos, na reflexão, politização e emancipação dos sujeitos.

Quanto a formação de educadores/as o ponto de relevância da Jornada se assenta na formação continuada e em serviço, abrangendo sobretudo as questões metodológicas, tendo em vista a exigência para ser educador do programa, contemplar também o Ensino Médio.

Assim, os Plantões Pedagógicos ocorreriam semanalmente entre o coordenador de turma e seu núcleo de educadores/as e, neste espaço, avaliariam as aulas anteriores e planejariam as próximas, além disso, discutiriam e refletiriam sobre as proposituras pedagógicas da Jornada, além do compartilhamento de experiências. Os plantões também são ambientes de problematização entre educadores/as, no que se refere aos eixos temáticos e sua relação com a realidade local, permitindo o planejamento de aulas e a seleção de materiais mais vinculados com as questões levantadas pelos educandos durante as aulas ou observadas como grande potencial de debate e intervenção social. Confirmamos aí o pensamento de Freire (1999) sobre ação educativa dialogada e a práxis, bem como o de Barreto (2006), quando discute a relação teoria e prática na formação do educador.

4 CONCLUSÃO

Nossa reflexão/indagações sobre a formação inicial e continuada dos educadores para atuar na educação de jovens e adultos, parte da necessidade de situarmos a formação dos educadores da Jornada de Alfabetização - Sim, eu Posso - Círculos de Cultura - do Maranhão.

De acordo com os documentos que dão organicidade a Jornada, a formação dos educadores que nela atuaram, seguem a mesma linha epistemológica e de concepções da proposta da Jornada, isto é, a matriz do Sim, eu posso, inspirada na grande campanha de alfabetização realizada em Cuba em 1961, que requer uma alfabetização com rigor metodológico, assenta-se ainda no pensamento de Paulo Freire, ao adotar os Círculos de Cultura.

Assim, as formações da Jornada se inclinava sobretudo para a continuada e em serviço, abrangendo os aspectos metodológicos do Programa. Esta dar-se-á nos Plantões Pedagógicos, momento em que de forma coletiva são refletidas a operacionalização das matrizes pedagógicas do programa, nas perspectivas tanto da codificação da escrita e da leitura, enunciada pelo método cubano, como a relação das experiências do educando com o conhecimento e a reflexão ao seu entorno, com a finalidade de emancipação, como prescreve os Círculos de Cultura idealizados por Paulo Freire.

REFERÊNCIAS

BARRETO, V. Formação Permanente ou Continuada. In: SOARES, Leôncio José Gomes

(Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 93-101.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em: 02/11/2021.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 02/11/2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 14/09/2022.

MARANHÃO, Governo do Estado do. **Decreto nº 30.612**, de 02 janeiro de 2015. Institui o Plano de Ações "Mais IDH" e seu respectivo Comitê Gestor. Disponível em: <http://stc.ma.gov.br/>. Acesso em: 09/04/2021.

MST. **Relatório final da 2ª fase da Jornada de Alfabetização do Maranhão – 2017/2018**. São Luís, 2018. (Mimeo).

SOARES, L. J. G. PEDROSO, A. P. F. Formação de Educadores na Educação de Jovens e Adultos (EJA): alinhando contextos e tecendo possibilidades. In: **Educação em Revista: Belo Horizonte**, v. 32, nº 04, p. 251- 268, abril/junho, 2015.